

Fernando Pessoa: Um diálogo com a Lusofonia

Resumo: Procurarei reflectir sobre a “Lusofonia”. Nesse sentido, operarei sobre matrizes operatórias configuradas por termos e conceitos diversos: “língua”, “discurso identitário” “unidade” e “diversidade”. Para isso, apoiar-me-ei no pensamento de Fernando Pessoa acerca da “língua portuguesa”, das “línguas universais”, do “Quinto império” e do “imperialismo cultural”, no sentido de consolidar uma noção: a que fundamenta o princípio de existência de uma ampla *Comunidade linguística* traçada pelo diapasão da *unidade*.

Palavras-chave: Lusofonia; Identidade; Língua; Unidade; Totalidade

Fernando Pessoa: A dialogue with Lusophony

Summary: *My purpose is to think about Lusophony. Therefore I will work with some operative concepts such as language, discourse and identity, unity and diversity. I will support my study on Fernando Pessoa’s thinking about “Portuguese language”, “universal languages”, the “Fifth Empire” and “cultural imperialism”, in order to consolidate the notion that establishes the basis for the existence of a Lusophone Linguistic Community built around the sign of unity.*

Key-Word: *Lusophony; Identity; Language; Unity; Totality*

1. Num fragmento (de provavelmente 1931) do *Livro do Desassossego*, Fernando Pessoa, pela voz do seu outro eu Bernardo Soares, escreve algumas palavras que a referência à lusofonia sempre obriga a considerar:

Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa. Nada me pesaria que invadissem ou tomassem Portugal, desde que não me incomodassem pessoalmente. Mas odeio, com ódio verdadeiro, com o único ódio que sinto, não quem escreve mal português, não quem não sabe sintaxe, não quem escreve em ortografia simplificada, mas a página mal escrita, como pessoa própria, a sintaxe errada, como gente em que se bata, a ortografia sem ípsilon, como o escarro directo que me enoja independentemente de quem o cuspiisse. Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida (Pessoa 1986b: 573).

Apesar de longa, pensamos que a citação se justifica como ponto de partida para a reflexão a que agora nos propomos. Assim, importa notar sobretudo o significado assumido, nestas palavras, por três elementos: uma singular forma de afirmação patriótica, uma apologia

da língua portuguesa e a figuração da língua portuguesa num campo representativo que, em primeira e última instâncias, serve para confirmar isso mesmo: a sua presença física, quer no registo escrito, quer no registo oral.

De facto, não deixa de ser sintomático, nestas palavras, o valor expressivo conferido por Pessoa a uma das ideias que recorrentemente percorre o seu pensamento: um visível patriotismo, ainda que, também de forma redobrada, nem sempre coincidente com um posicionamento determinado pelo sinal político-ideológico, antes com uma consciência efectiva de uma autoridade que a materialização da língua pressupõe. Soares afirma ter “um alto sentimento patriótico”, afirmação que dialoga com aquela outra de 19 de Janeiro de 1915, em carta enviada a Armando Côrtes-Rodrigues. Nessa carta, depois de confessar que passara já por ele “a ambição grosseira de brilhar por brilhar” e de “*épater*”, revela: “[...] a ideia patriótica, sempre mais ou menos presente nos meus propósitos, avulta agora em mim; [...] não penso fazer arte que não medite fazê-lo para erguer alto o nome português através do que eu consiga realizar” (Pessoa 1986b: 177); e conclui: “É uma consequência de encarar a sério a arte e a vida” (Pessoa 1986b: 177).

Serão, portanto, estes parâmetros que presidem à sua consciência patriótica: engrandecer, seriamente, absolutamente, a língua portuguesa, justamente porque também por esse gesto poderia melhor avaliar de que forma a pátria, na sua opinião, se sobrepõe ao estado e à nação. Numa carta de presumivelmente 1915 ou 1916 (mas que nunca chegou a publicar) que escreve ao Capitão Francisco Xavier da Cunha Aragão (o qual, no Huíla, tinha vencido tropas alemães, mas que, depois, aderira a Afonso Costa, o que fez com que Pessoa o criticasse violentamente), Pessoa lamenta o facto de o “Português” ser “um expatriado no seu próprio país” e de os portugueses serem “um agregado humano sem aquela alma colectiva que constitui uma Pátria” (Pessoa 1986c: 886). É com este sofrimento que Pessoa se confronta, e ao qual não será totalmente estranha uma particular concepção de alguém que amou a pátria “doloridamente” — concepção essa traduzida, aliás, numa declarada desilusão e num desejo de “febrilmente trabalhar para que esta pátria que vós não conheceis [...] [seja] grande como o sentimento que eu sinto quanto nela penso” (Lopes 1990: 76).

Com estas palavras, Pessoa acaba, no fundo, por contribuir para o estabelecimento de um cenário particularmente significativo, no seio da problemática da defesa de uma língua, sobretudo quando estão em causa duas possibilidades de encarar esse cenário: considerar essa postura como manifestação privilegiada de reformulação no entendimento da língua, ou encarar o desengano dolorosamente sentido, e declarado, como instigador da intensificação dessa postura.

É certo que esse patriotismo dito por Bernardo Soares já fora sustentado (ainda que de outro modo e com outra aplicação) por Guerra Junqueiro (e quem não se lembra do que, mais tarde [depois de Pessoa, portanto], sublinhando a dimensão geo-política da língua francesa, diria Albert Camus, ao defender ‘Ma patrie c’est la langue française’?) Não menos certo é também a circunstância de Pessoa ter pensado e escrito em francês e em inglês. Igualmente correcto seria dizer que Pessoa, pela voz do seu semi-heterónimo Bernardo Soares (e o perfil ideológico deste outro eu pessoano não se encontra, como se sabe, muito aquém do de Fernando Pessoa ortónimo), se sente um agente portador (sentindo-se, por isso mesmo, com capacidade para agir) da única pátria que lhe interessa: a língua portuguesa (sentida como realidade concreta, não como realidade abstracta). “A base da pátria”, disse-o, “é o idioma, porque o idioma é o pensamento em acção, e o homem é um animal pensante, e a acção é a essência da vida” (Pessoa 1986c: 587). Por esse prisma, considera Pessoa ser a língua o suporte das relações sociais: “Todas as relações sociais entre indivíduos”, escreve, “são essencialmente relações mentais [...]. Ora a vida [...] é essencialmente acção, e o pensamento em acção é a palavra, falada ou escrita [...]”; e, pouco depois, conclui: “A base da sociabilidade [...] é a língua, e é a língua com tudo quanto traz em si e consigo que define e forma a Nação” (Pessoa 1986c: 588).

2. Ora, é precisamente com base nestas formulações de recorte sociolinguístico que nos parece adequado compreender algumas das posições de Pessoa, cadenciadas com o diapasão da defesa da língua portuguesa, nos termos acima referidos — no que de reconhecimento de um sinal lusófono esse posicionamento implica, realçando-se, porém, a noção de dimensão cultural e espiritual da língua.

Pessoa foi, como se sabe, um poeta da língua portuguesa; e por diversas vezes a considerou como sendo a ‘sua pátria’, assim se explicando a noção de identidade cultural com que variavelmente fundamentou a defesa que fez da sua língua. Recorde-se que escreveu dezenas de folhas soltas sobre o que denominou de línguas ‘criadoras de civilização’ (entre elas, o português [para além do inglês, do castelhano, do francês, do italiano e do alemão]; Pessoa elaborou um plano de um tratado para a *Defesa e Ilustração da Língua Portuguesa* e outro para um *Dicionário Ortográfico, Prosódico e Etimológico da Língua Portuguesa* (cf. Medeiros 1993: 93); considerou, num texto sem data, o português como “a mais rica e a mais complexa das línguas românicas”, como “uma das cinco línguas imperiais” e, dado curioso (pela rematada previsão que regula esse raciocínio), considerou-o “a língua falada num país crescente — o Brasil” (Lopes 1993: 234).

Contudo, todas as suas reflexões, se entendidas de forma exacerbada por um insolvente compasso meramente nacionalista, poderiam fazer-nos aproximar de outro enquadramento capaz de inspirar uma leitura reducionista no que à sua defesa da língua portuguesa diz respeito — enquadramento esse que, por isso mesmo, nem interessa considerar. Nesse sentido, a imagem de língua universal com que Pessoa configurou o futuro da língua portuguesa não subverte necessariamente a seriedade e a consciência crítica da sua atitude, ao defender que a língua portuguesa tinha todas as condições para permanecer no futuro enquanto língua pátria de diversas nações. Trata-se, pois, em primeira instância, de encarar a língua como uma realidade permanente que (ao contrário das estruturas económicas, políticas e sociais) evolui histórica e socialmente. Mas trata-se, de igual modo, de entender essa realidade específica como um aspecto particular daquilo que pode ser compreendido como a renovação de um pensamento mítico, pelo resgate de uma certa unidade perdida, no que de ideal esse resgate envolve. Já com 34 anos, Pessoa diria que o “ideal” nasce “da nossa consciência da imperfeição da vida” e que serão tantos “os ideais possíveis, quantos forem os modos por que é possível ter a vida por imperfeita” (Pessoa 1986b: 1239). Ora, esta posição significa, em última instância, como Pessoa mostra a consciência não só de si, mas também, mediadamente, do outro, bem como de valores mais gerais que o conduzam a valorizar os aspectos mais significativos de uma comunidade mais ampla.

Daí resultará a afirmação de si próprio como alguém que, procurando concretizar os seus propósitos no plano reflexivo (mas também, note-se, no estético-literário), e defendendo a língua portuguesa, se movimenta entre a diversidade e a unidade. Poeta de ismos, de heterónimos, de tantos e tantos outros eus, falante e agente linguístico que não raras vezes também recorre ao francês e ao inglês, Pessoa nunca deixa de procurar, no domínio literário, linguístico e filosófico, a unidade — ainda que lucidamente sempre reconheça a relatividade plural intrínseca a essa unidade: “Embora a perfeição suprema (que é inatingível) seja uma só”, adverte, “a perfeição relativa tem como característica a pluralidade” (Pessoa 1966: 211).

A partir daqui, e não esquecendo o que já foi afirmado sobre a língua universal, é possível compreender os pressupostos teóricos de Fernando Pessoa acerca das condições necessárias para a sobrevivência de uma língua que se possa considerar língua universal: “ter uma grande literatura” constitui uma “vantagem positiva”, um requisito primordial. Porém, não basta para que uma língua seja considerada língua universal, já que tal circunstância “salvará a língua da morte mas não garantirá a sua promoção na vida” (Lopes 1993: 237). Para além disso, ao lado dessa condição (uma “vantagem positiva, mas não efectiva”, lembra), Pessoa valoriza três outros requisitos que categorizam a língua universal que

‘permanecerá’ no futuro — requisitos esses bem peculiares, pelo que de operante e funcional encerram: um requisito de índole quantitativa (o “número de pessoas que a fala naturalmente”) e dois requisitos enlaçados pelos contornos práticos da realidade empírica de cada falante. Refere-se, assim, à “facilidade com que poderá ser aprendida” e à necessidade de essa língua universal ser “o mais flexível possível”, de forma a que possa “responder, na íntegra, a todas as formas de expressão possíveis, e de conseqüentemente ser capaz de espelhar com fidelidade, através da tradução, a expressão de outras línguas”. Conclui, afirmando que só “três línguas” reúnem essas condições: o “Inglês (que já tem uma larga difusão), o Espanhol e o Português” (*ibid.*).

3. Esta linha de pensamento ganha uma especial operacionalidade, quando Pessoa ajusta a consciencialização de tais requisitos a um raciocínio peculiar que comanda genericamente tais afirmações: o crédito concedido ao português e ao inglês, línguas que, considera, prevalecerão no futuro como línguas universais. Pessoa configura, desse modo, um tempo, no futuro, onde a actualização destas duas forças linguísticas se resolverá numa equilibrada, e complementar, inter-relação. O protagonismo do português e do inglês será, no seu parecer, motivado por intuítos que lhe parecem nítidos, no que de actualização e funcionamento linguísticos dizem respeito, actualização e funcionamento esses que têm como pressuposto tanto a sua utilidade, como a sua finalidade. Assim se desenvolve em grande parte um texto (sem data), significativamente intitulado *Babel – Or The Future Of Speech*, onde Pessoa admite o prevalecimento do inglês como “língua científica e geral” e do português como “língua literária e particular” (Lopes 1993: 154). E esta circunstância não pode deixar de pesar, quando se sabe: que o trabalho profissional de Pessoa se regulava pela utilização do inglês; que muitos textos seus de reflexão foram escritos em inglês (afinal, a sua língua de iniciação literária); que os seus outros pré-heterónimos se exprimiram também em inglês (mas também em francês); que, curiosamente, as suas últimas palavras escritas foram em inglês (*I know not what tomorrow will bring*); que a quase totalidade da sua poesia é escrita em língua portuguesa e que os seus três heterónimos (Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos) se exprimiram em português.

A este propósito, não deixa de ser curioso o facto de o bilingue Pessoa ter escolhido a língua portuguesa para a sua produção literária definitiva: consciência das suas, apesar de tudo, limitações no registo poético em inglês (e as conhecidas observações de Jorge de Sena a esse propósito foram bem elucidativas)? Consciência de que, conseqüentemente, seria um poeta maior em língua portuguesa? Independentemente do alcance conjectural para onde este

problema nos possa reenviar, o que nos parece importante, para já, é sublinhar esta dualidade linguística que apadrinha a sua concepção de línguas universais, noção permitida pelas suas considerações, já que, para lá de defender esse dualismo, Pessoa doutrina que a estabilidade final do babelismo linguístico pertencerá ao uso unânime destas duas línguas e da relação que entre as duas se estabelecerá.

Isto não significa, porém, que Pessoa não tivesse consciência de uma outra questão que — enquanto crítico lúcido que também foi do valor literário e linguístico de uma língua — impende sobre a sua actualização. Com efeito, é isso que evidencia, quando, então, reconhece que o português não pode prevalecer sobre o inglês. A esse reconhecimento, encontra-se, de novo, indissociavelmente ligada uma outra questão: a que diz respeito ao número de falantes. E se Pessoa legitima a sua posição, salvaguardando as noções de “flexibilidade” e “facilidade de aprendizagem” de uma língua, não deixa, por outro lado, de outorgar a articulação orgânica entre língua universal do futuro e “número de pessoas que a fala”. Por isso se compreende ser sobretudo esse o motivo que leva Pessoa a afirmar o seguinte: “Não podemos fazer da língua portuguesa o privilégio da humanidade”; previne, entretanto: “Podemos, porém, convertê-la em metade de tal privilégio” (Lopes 1993: 154).

Como quer que seja, a lógica do pensamento pessoano (também acerca da língua portuguesa) reside precisamente no princípio da provocação e do múltiplo. Por esse prisma, o que, em toda esta problemática, importa sobretudo reter é precisamente o modo como Fernando Pessoa projecta a noção segundo a qual o tempo não destrói, antes transforma positivamente o homem, permitindo-lhe visionar o seu destino como uma caminhada rumo a uma alvorada futura. Por isso se compreende que, nas múltiplas referências que faz acerca da língua portuguesa, Pessoa aflore um conjunto (por vezes contraditório) de considerações que radicam em componentes de contornos fáusticos, sugeridos pela veemência com que, ucronicamente, a sua ‘razão’ (a razão pessoana) configura como certa num “Quinto Império” a durabilidade e a permanência da língua portuguesa. Sem nunca desautorizar o lugar da língua portuguesa como uma das duas línguas universais, não se torna difícil, portanto, reconhecer a pertinência das palavras de Pessoa, que, formulando um juízo com uma importância que a este nível podemos considerar central, escreve:

[...] na época moderna, há dois grupos de línguas — as do Norte e as do Sul, da Europa; denominam-se, em geral, germânicas e latinas, respectivamente. De tendência pertence em cada grupo destes a vitória cultural à língua mais capaz de exprimir, à mais rica não só em termos e frases, como também em capacidade de expressão, em riqueza gramatical, por assim dizer. Poder-se-á dizer nesta língua o que não pode dizer-se

nas outras. Das línguas ditas latinas é a portuguesa a mais rica e a mais complexa (Pessoa 1986C: 724).

4. Ora, convalidando-se este raciocínio, abre-se caminho para uma área confinante de reflexão: a que engloba a noção de “Quinto Império”, bem como a configuração de tal noção, assim como o provimento das condições que favorecem a sua realidade. Contudo, tal noção tem previamente de ser elucidada através de reflexões sobre outras questões, destacando-se, entre elas, as que dizem respeito ao termo e conceito identidade, pelo que só depois mais facilmente se compreenderá a problemática essencial deste trabalho: o diálogo de Pessoa com a lusofonia.

Neste sentido, o significado das posições anteriormente evocadas parece-nos relevante, já que elas assumem uma feição emblemática no pensamento de Pessoa. E, no que para já diz respeito à funcionalidade teórica (e quase programática) da moldura que configura a apologia da língua portuguesa, o que se pretende é de igual modo sublinhar que essa apologia constitui, de facto, uma das linhas centrais da sua produção literária, tanto pelas múltiplas manifestações em que essa atitude comparece literariamente representada, como por com ela se relacionar, directa ou indirectamente, um leque de eixos estéticos dominantes sobre os quais muitos dos seus textos assentam: identidade, universalismo e lusofonia.

O termo e conceito identidade ocupa hoje, como se sabe, uma multiplicidade de áreas e discursos científicos, mundividência essa à qual não é alheia uma particular concepção polifónica desse termo e conceito. Por isso se fala, cada vez mais, em “identidade cultural”, “identidade territorial”, “identidade literária”, “identidade linguística”, “identidade religiosa”, “identidade sexual”, etc. Não se deve, por isso, estranhar que do termo e conceito identidade ressalte uma tessitura de molduras ideológicas provenientes dos mais diversos quadros de pensamento. Porém, no que diz concretamente à identidade de uma comunidade, uma linha de pensamento figura-se comum: essa identidade evolui — seja pela vivacidade das línguas (que evoluem), seja pelo facto de essa evolução decorrer de circunstâncias que se alargam ao próprio desenvolvimento histórico de uma comunidade, ou às características geográficas do país, ou aos movimentos migratórios, ou à situação sócio-económica dos seus membros. Mas um outro atributo particulariza o termo e conceito identidade: o que se desenvolve sobre o discurso temporal — quando, por esse discurso se entende a exaltação do passado, do presente e do futuro. O mesmo é dizer, por outras palavras, que o termo e conceito identidade se estabelece também sobre aquilo que marca (e é marcado por) um processo amplo de recepção, transmissão e/ou revisão de um passado comum, de acção no presente, alvejando o futuro.

Pode, por isso, dizer-se que o discurso identitário repousa sobre substratos culturais diversos com os quais uma comunidade reclama necessariamente um compromisso com o futuro. Significa isso, por exemplo, que a presença da personalidade histórica nesse discurso acaba não raro por nobilitar uma atitude mitificatória e mistificatória de figuras e feitos históricos; não se desejou Pessoa, afinal, um renovador e um reanimador de mitos?

Por outro lado, não será excessivo afirmar que essa mitificação e essa mistificação acabam por enriquecer, mediata, ou imediatamente, o capital identitário de uma comunidade; e o alcance de tal resultado encontra uma justificação naquilo a que, numa resposta a um Inquérito realizado por Augusto da Costa, Fernando Pessoa denomina de ‘levantamento’ da “moral de uma nação”, quando escreve: “Há só uma espécie de propaganda com que se pode levantar o moral de uma nação — a construção ou renovação e a difusão consequente e multímoda de um grande mito nacional” (Pessoa 1986c: 710). Parece, conseqüentemente, não haver dúvida que o alcance por vezes demiúrgico de uma figura histórica incide no exemplo das virtudes de que se impregna o seu legado. Polariza, assim, a personagem histórica um feixe de requisitos que relevam não só das suas características físicas e psicológicas, como também de um leque de acções que desenvolveu. E se é verdade que essas acções contribuem para o seu próprio enobrecimento enquanto figura individual, não é menos verdade que também concorrem para o enobrecimento do grupo que representa, pela posição de destaque histórico que geralmente a sua condição de figura única e/ou escolhida *inter pares* promoveu.

No que à História, propriamente dita, diz respeito, a figura histórica, recuperada tantas vezes de forma encomiástica pelo discurso literário, adscrive uma dimensão identitária à comunidade, que, reclamando-lhe as qualidades exemplares, a evoca como epicentro da identidade colectiva. No caso português, várias foram, e são, as figuras recordadas pelo discurso literário (e aqui a *Mensagem*, de Fernando Pessoa é, como se sabe, uma referência obrigatória), todas elas sempre ligadas a acontecimentos cardinais da História; Viriato, D. Afonso Henriques, Egas Moniz, D. Nuno Álvares Pereira, D. João I, o Infante D. Henrique, são, entre outras, algumas dessas figuras, promovidas (pela panóplia de qualidades que concentram) à condição de mitos pelo discurso histórico, ou pelo discurso literário.

Como quer que seja, o destaque conferido à figura histórica e o momento histórico [em] que esta vive podem variar, divergindo de igual modo o palco de referência científico-cultural em que aquela figura aparece. Por isso, frequentemente a figura histórica — imersa no discurso da identidade, em momentos de fulgor cultural — aparece recorrentemente no âmbito literário (interpretando não raras vezes os anseios de importantes grupos geracionais). Vale a pena sublinhar que a estas noções não é indiferente a forma como os agentes literários

(os escritores, os poetas) recuperam o discurso identitário. Conhece-se, por exemplo, a relevância da Geração de 70, dos Saudosistas, dos Integralistas, em Portugal. Também nos países africanos de expressão portuguesa, nomeadamente no campo estético-literário, e em contextos político-culturais específicos, é apodíctico o mérito de algumas gerações e figuras histórico-literárias: em Angola, nos primeiros anos da década de 50, o grupo da *Mensagem* — cujos representantes e colaboradores (como Agostinho Neto, Viriato da Cruz, António Jacinto, entre outros), motivados por um sentimento patriótico, apologizaram o registo da angolidade, da autenticidade cultural que, segundo eles, não havia na literatura angolana). Em Cabo Verde, depois dos meados da década de 30, realce-se o grupo que se reuniu em volta da revista *Claridade*, em cujas linhas programáticas defendidas pelos fundadores (Baltasar Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa) e colaboradores, de um modo geral, se pressupunha, essencialmente na primeira fase de vida da revista, a necessidade de [re]descobrir a cabo-verdianidade, as raízes de Cabo Verde (redescoberta essa que passava pela abordagem do ‘problema de Cabo Verde’). Mais recentemente, em Moçambique, uma geração marcante de escritores (geração que envolve nomes como Ungulani Ba Ka Khosa, Marcelo Panguana, Mutimati Barnabé João, Mia Couto, Luís Carlos Patraquim) — com presença activa na produção literária moçambicana depois da independência (proclamada em Junho de 1975), e sobretudo após a segunda metade da década de 80 — procurou legitimar o discurso da moçambicanidade, que passava, entre outros aspectos, pela celebração literária (e política, por vezes) do discurso histórico e nacional. Em São Tomé e Príncipe, vários escritores também contribuíram para o enaltecimento do discurso nacionalista e de identidade nacional (Marcelo da Veiga, Francisco José Tenreiro, Alda do Espírito Santo, Maria Manuela Margarido e Tomás Medeiros são exemplos nucleares). Na Guiné-Bissau, recorde-se o lugar estético-literário ocupado pelo discurso da identidade e/ou patriotismo nacional, e realce, nos anos 70 e 80, para António Baticã Ferreira, as antologias poéticas (nomeadamente *Mantenhás para quem luta!*), Hélder Proença e Vasco Cabral.

Ora, o que há de fundamental na referência a este império de escritores não é, como à partida se poderia pensar, nenhuma atitude de índole político-ideológica. Como quer que seja, esta questão não deixa naturalmente de poder ser aquilatada dentro de um movimento dialéctico que envolve os agentes linguísticos, a língua (em cuja história deixam marcas literárias) e a memória literária. Afirma Pessoa que “a língua materna é um hábito, mas um hábito que tem a especialidade de ser um hábito hereditário; é um hábito aprendido, não no meio social directo, mas no meio social hereditário”; e, pouco depois, acrescenta: “Ora um hábito social hereditário tem um nome conhecido: chama-se uma *tradição*” (Pessoa 1986c:

778-779). Na procura da explicitação mais correcta, poder-se-ia dizer que tudo isto se passa, no fundo, no quadro de uma concepção evolutiva da língua, que supõe o passado, o presente e o futuro de uma comunidade linguística. E todo o passado, todo o presente, todo o futuro dessa comunidade envolve um sentido de tradição e de continuidade cultural; ou, como diz Fernando Pessoa: “Falar [...], no sentido social, pressupõe *falar a mesma língua*. Falar a mesma língua pode envolver, evidentemente, [...] [um] elemento de hereditariedade [...]: é quando a língua, que os interlocutores falem, seja a língua herdada e materna de todos eles” (Pessoa 1986c: 778).

5. Perante o que se disse, e tendo em consideração a tão imensa comunidade lusófona, é admissível considerar que o património linguístico desta comunidade pode (e deve) ser harmonizável com a pluridiscursividade idiossincrática dos seus falantes; as diferenças entre os seus falantes sempre existiram, existem e existirão, dialogal e dialogicamente. E este quadro de polifonia cultural é indissociável de um outro: o que respeita à identificação com uma língua comum e com a existência de determinados impulsos orientados colectivamente, aos quais Pessoa chamou “instintos primordialmente, fundamentalmente sociais”, que reenviam, especificamente, para o campo da actualização linguística (Pessoa 1986c: 1051).

Assim sendo, de que modo então se poderá convalidar, e reforçar, a noção de língua comum, de língua-pátria de diversas nações, cujos limites não sejam nacionais, mas universais?

A questão assim enunciada abre a possibilidade de a relacionarmos com a problemática da língua universal. De facto, e para que fique devidamente vincada a noção pessoana de língua-pátria, torna-se necessário lembrar que essa noção acaba por confirmar uma linha de pensamento que entronca num vasto tecido dialógico de cunho profético, onde se percebem as vozes de Santo Agostinho, de Joaquim de Flora, do profeta Daniel e do Padre António Vieira — confirmando-se, por esta via, mais uma vez, o ensinamento de Bakhtine, quando adverte que um “*énoncé vivant, significativement surgi à un moment historique et dans un milieu social déterminés, ne peut manquer de toucher à des milliers de fils dialogiques vivants*” (Bakhtine 1978: 100). Esse tecido dialógico reporta-se a um dos mitos representados na *Mensagem*, de Fernando Pessoa: o mito do “Quinto Império”:

Eras sobre eras se somem
No tempo que em eras vem.
Ser descontente é ser homem.
Que as forças cegas se domem
Pela visão que a alma tem!

E assim, passados os quatro
Tempos do ser que sonhou,
A terra será teatro
Do dia claro, que no atro
Da erma noite começou.

Grécia, Roma, Cristandade,
Europa — os quatro se vão
Para onde vai toda idade (Pessoa 1986a: 1162).

Como se pode ver, as palavras citadas são já por si muito sugestivas no que concerne ao enquadramento mediato do problema de uma ‘era’, de um “tempo”, que naturalmente terá o seu lugar após quatro “eras” de ascendente grego, romano, cristão e europeu; assim localiza Pessoa o ‘seu’ “Quinto Império” — acabando por realçar, e justificar, no registo poético, a importância conferida a um estado último de transcendência e perfeição da civilização. Esse estado último, grandioso (ideia compatível com o mito sebastiânico, que, de acordo com os objectivos deste trabalho, não importa desenvolver), corresponde a uma visão escatológica da História; e, desse modo, Pessoa estabelece uma posição muito nítida, no que ela compreende de valorização de um ideal cultural (e, por inerência, linguístico), ao atribuir justamente a esse “tempo” de ‘claridade’ uma essência espiritual e universalista, onde impere o sentido linguístico e o sentido estético-literário.

É nestes termos — com os quais, afinal, a prioridade da língua será sempre assumida por Pessoa — que os sentidos que empresta a esse “tempo” (encarando-o como tempo de totalidade) são enriquecidos por Pessoa, com a relevância que imputa às condições de existência de tal totalidade. A este nível, torna-se importante evocar o que, para si, considera ser obrigatório para a figuração desse “Império de Cultura”: “Uma língua apta para isso”, o “aparecimento de homens de génio literário, escrevendo nessa língua, e ilustrando-a”, e uma “base material imperial para se poder expandir (ainda mais) essa língua” (Pessoa 1986c: 725). Ora, conhecendo-se o pensamento pessoano, o que o que, neste contexto, se encontra em causa é, sobretudo, destacar a dominância de três factores primordiais: língua, poetas e disposição estratégica (de índole geo-política, sem, no entanto, esquecer-se a vertente linguística).

Assim, e em primeiro lugar, colocar o problema da valorização da capacidade da língua nos termos em que Fernando Pessoa o faz é devolver de novo esta questão ao que já se disse sobre as suas reflexões relativas ao português e ao inglês como sendo as línguas que farão parte do “Quinto Império”. Essas reflexões encontram-se, de facto, profusamente representadas em múltiplos textos; o que, entretanto, se trata aqui é de evidenciar,

relativamente a Fernando Pessoa, uma condição particular do seu pensamento — condição essa tanto mais relevante, quanto maior é a sua persistência na elaboração de dominantes temáticas que se vão constituindo a partir do momento em que elabora a hipótese do “Quinto Império”. Uma dessas dominantes é o sonho: não só enquanto ponto de partida para imaginar que se consegue atingir algo, mas também como capacidade de pressentir o futuro. Bernardo Soares disse-o por outras palavras, quando fez notar que os “sonhadores actuais são talvez os grandes precursores da ciência final do futuro” (Pessoa 1986b: 841). Outra dominante é a dimensão primacialmente cultural, espiritual e sintética desse “Quinto Império” — por esse lado transcendendo Pessoa o pensamento de Vieira: esse império será um “império de cultura”, afirma num texto com a indicação *Bandarra* (Pessoa 1986c: 647); No mesmo texto, sublinha ainda:

[...] no Quinto Império haverá a reunião das duas forças separadas há muito, mas de há muito aproximando-se: o lado esquerdo da sabedoria — ou seja a ciência, o raciocínio, a especulação intelectual; e o seu lado direito — ou seja o conhecimento oculto, a intuição, a especulação mística e cabalística (Pessoa 1986c: 647);

mas aí de igual modo defende: “Qualquer que seja esse quinto império, há-de incluir e sintetizar os quatro que o precederam” (Pessoa 1986c: 643).

Por outro lado ainda, se ao que se disse juntarmos, em segundo lugar, o facto de esse “Quinto Império” ser considerado por Pessoa como sendo um ‘imperialismo cultural’, confirmaremos de novo a íntima correspondência que o equacionamento também literário desta questão mantém com o fenómeno da língua. Seria, note-se bem, desacertado identificar esse imperialismo cultural com o imperialismo de domínio, ou de expansão — reduzido, portanto, ao sentido geo-político e político-ideológico (Pessoa 1986c: 649-650); esse conceito de imperialismo, lembra Pessoa, “caiu em Alcácer Quibir” (Pessoa 1986c: 797)— ainda que, lembra, no passado, com a empresa das Descobertas, Portugal tenha marcado uma presença firme no contexto histórico civilizacional europeu. Mas tal facto não o impede de também nos notificar com outro juízo: “A determinação do sentido cultural de um país tem [...] que definir-se pela sua determinação em relação a si própria, ao grupo civilizacional a que pertence, e à civilização em geral. Em relação a si própria, o critério definidor é a língua” (Pessoa 1986c: 727). Daí o realce concedido ao ‘imperialismo de gramáticos e de poetas’.

Afinal, perguntar-se-á: não foi Pessoa quem, através de Ricardo Reis, ensinou que o “valor de uma civilização [se] mede [...] pela cultura, saúde e energia dos seus membros”, pelo que uma “nação só entregue à cultura pode produzir grandes poetas” (Pessoa 1986b: 1072)? Não foi Pessoa quem variavelmente doutrinou que ‘a civilização se deve aos homens

de génio' (Pessoa 1986c: 1088)? E não foi, afinal, ele quem anunciou a vinda do “Grande Poeta” (Pessoa 1986b: 1153), o “Supra-Camões na nossa terra” (Pessoa 1986b: 1153), “o grande Poeta proximamente vindouro” (Pessoa 1986b: 1178), “o poeta supremo da nossa raça [...] o poeta supremo da Europa, de todos os tempos” (Pessoa 1986b: 1193), o “Super-Camões” (Pessoa 1986b: 1178)? E seria necessário repetir o que tantos e tantos já disseram acerca da riqueza, a todos os níveis, dos escritores lusófonos, verdadeiros representantes da língua portuguesa? Não constituirão exemplos de quilate intemporal autores como, por exemplo, Luandino Vieira, Agostinho Neto, Pepetela, em Angola? Machado de Assis, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, no Brasil? Baltasar Lopes, Corsino Fortes, em Cabo Verde; Helder Proença, Vasco Cabral, na Guiné-Bissau? José Craveirinha, Noémia de Sousa, Mia Couto, em Moçambique? Camões, Eça, Pessoa, Saramago, em Portugal? Francisco José Tenreiro, em São Tomé e Príncipe?

E o que dizer disposição estratégica, ou seja, da “base material imperial” como condição para a expansão da língua? Não interessa aqui analisar a maior ou menor consistência teórica que Pessoa dispensou a esta questão. Mais do que isso, no presente texto, importa escutar acima de tudo a perspicácia das suas reflexões. E, aí, não deixa, contudo, de ser curioso o facto de, nas diversas elaborações teóricas das informações relativas ao imperialismo cultural, Pessoa ajustar as suas considerações de carácter estratégico a três frentes: Brasil, Espanha e Portugal:

Portugal [...] tem que buscar, primeiro, o Brasil, que tem por língua nacional o português. [...] na determinação do seu apoio em grupo civilizacional, tem que buscar a Ibéria, de cuja personalidade espiritual participa. [...] na determinação do seu apoio civilizacional, isto é, puramente político, tem que buscar a Inglaterra (Pessoa 1986c: 728).

Configura-se, assim, um triângulo certificado por três línguas: o português, o inglês e o castelhano — as três línguas, afinal que, para Pessoa, reúnem as condições de língua universal.

6. Com o que acabámos de escrever, julgamos ter ficado evidenciada a possibilidade (e a necessidade) de se partir de algumas noções vertebrais no pensamento pessoano para uma complementar acção de reflexão, pela qual se pretende justificar e valorizar a língua portuguesa. Assim se delineia manifestamente em Pessoa uma ampla conceituação que, de um modo geral, converge com algumas das linhas temáticas com que, hoje, se processa a reflexão em redor do termo e conceito lusofonia.

De certa forma, esta questão, assim considerada, abre o caminho para uma outra equação complementar: a de o termo e conceito lusofonia não poder ser confundido com lusitanismo — já que, por esse prisma, a lusofonia comprometeria a essência que lhe está subjacente, pelo que de tentativa de recuperação de um espaço essa perspectiva deixaria entender; e Portugal não é dono da língua portuguesa. Por outro lado ainda, e quaisquer que sejam as explicações avançadas, lusofonia não deve ser confundida com lusotopia, nem com lusofilia, nem com lusografia. Mais: no que diz respeito aos alicerces que sustentam conceptualmente, são diversas as posições avançadas: para Eduardo Lourenço, por exemplo, a lusotopia é apenas um conceito apenas, ‘um continente imaterial disperso pelos vários continentes’; António Tabucchi, por seu lado, considera-a uma ‘invenção meta-histórica’. Outras concepções (e são muitas) poderiam ser avançadas, resultando daí uma multiplicidade de posições críticas, com efeitos visíveis na fecundidade e no desenvolvimento gradativo de reflexões sobre as propriedades desta questão.

No entanto, quaisquer que sejam as posições e os termos avançados, o que desde logo importa destacar é o facto de a noção de lusofonia aparecer normalmente relacionada com dois parâmetros: o que assenta na variável diálogo e a que reenvia para a marca de diversidade. Não se trata, obviamente, de termos e conceitos que se excluam; pelo contrário: diálogo e diversidade, neste contexto, complementam-se.

Assim no caso presente se pode dizer que o termo e conceito lusofonia engloba a utilização de uma língua comum; porém, abrange ainda outros predicados (que legitimam, aliás, o conceito de alteridade): os que assentam no reconhecimento de uma unidade, sim, mas, sobretudo, o reconhecimento e o respeito pela diversidade; uma unidade, sim, mas uma unidade com todas as virtualidades do direito às diversidades linguísticas amparadas polifonicamente por diferentes cenários étnicos e culturais; uma comunidade com referências comuns, sim, mas cujo âmbito é determinado por espaço/nações diferentes — sem nunca se preterir o que as une: a língua. De facto, é com a língua que se forma a memória de uma comunidade (e uma comunidade sem memória é uma comunidade sem referentes a que se agarrar). E talvez, afinal, no presente contexto, a língua portuguesa seja aquele “Cais Absoluto”, aquele “Grande Cais Anterior, eterno e divino!”, o “Grande Cais [...] Único”, o Cais modelo, paradigmático de todos os cais de que falava o heterónimo Álvaro de Campos na sua *Ode Marítima* (Pessoa 1986a: 892).

É relativamente evidente, e pacífica, a articulação entre o perfil pluridiscursivo inerente ao termo e conceito lusofonia e a autonomia identitária de cada país que fala oficialmente a

língua portuguesa. Além disso, repare-se no sentido que se poderá retirar da seguinte reflexão de Pessoa, de provavelmente 1924, acerca da essência do ente:

Cada ente, visto que é o que é por natureza, e por natureza sente que o é, tende a sentir-se o que é o mais completamente possível; e, como o que se sente, o sente através de distinguir-se dos outros, e, portanto, de estar em relação com outros, para sentir-se o que é o mais completamente possível, deve sentir-se o que é o mais relativamente, ou relacionadamente, possível.

[...] Assim, para se sentir puramente Si-próprio cada ente tem que estar em relação com todos, absolutamente todos os outros entes; e com cada um deles na mais profunda das relações possíveis. Ora a mais profunda das relações possíveis é a relação de identidade (Pessoa 1986c: 286).

Deixando de lado o que em tal reflexão resvale para o campo filosófico, o que estas palavras indubitavelmente sugerem é uma premissa essencial: a que viabiliza a necessária articulação entre cada indivíduo e a colectividade em que se integra — articulação essa, porém, que se baseia, segundo ele, nas relações entre “distinção” e “identidade”. De facto, continua depois:

Por isso, para se sentir puramente si-próprio, cada ente tem que sentir-se todos os outros, e absolutamente consubstanciado com todos os outros.

Ora isto não pode implicar fusão (de qualquer espécie) com os outros, pois assim o ente não se sentiria a si-próprio: sentir-se-á não-si-próprio, e não si-próprio-outros. Para não deixar de ser si-próprio, tem que continuar a ser distinto dos outros (Pessoa 1986c: 286-287).

Como se vê, trata-se de saber, no jogo relacional que um sujeito mantém com o ‘outro’, até que ponto a correlação de cada sujeito falante de um espaço particular com outros sujeitos falantes de outros espaços se conjuga com uma atitude aceitação natural da diferença, de forma a encontrar nessa diferença o caminho para alcançar a identidade consigo mesmo e com o(s) outro(s). Do reconhecimento dessa diferença dependerá possibilidade de o sujeito se sentir “puramente Si-próprio”.

A lusofonia não se compadece, portanto, com umbiguismos linguísticos: ‘a capital da língua portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura’, lembrou Celso Cunha; ‘a única potência da lusofonia é a própria comunidade’, sublinhou José Aparecido de Oliveira. A lusofonia compreende um sistema de relações cujo epicentro é a língua portuguesa, é certo, mas compreende também a língua portuguesa como elemento comum de um conjunto de oito nações independentes, política, religiosa e culturalmente.

A este propósito, lembre-se o que escreveu Mia Couto. Num texto que enviou, como agradecimento por ter recebido o Prémio União Latina 2007 (cerimónia na qual não pôde estar presente), Mia Couto falava do Prémio da União Latina (37 estados a integram) como sendo “um modo de promover diálogo entre povos”, bem como da necessidade do

“conhecimento da realidade das nações africanas que integram a União Latina”. No entanto, alerta para o seguinte: “Não seremos inteiros se não formos todos” (Couto 2007: 4). Trata-se, como se vê, de uma reflexão muito sugestiva, sobretudo pelo sentido para onde pode reenviar: o pressuposto estratégico e a operacionalidade tática que uma política da língua deve conter. Com efeito, a lusofonia compreende a língua portuguesa, mas não se esgota nela. Aí cabem: um conjunto de variedades linguísticas, línguas nacionais, variedades geográficas, diferentes culturas nacionais (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor), relacionadas por uma ‘unidade espiritual’. Contudo, na lusofonia cabem de igual modo as comunidades lusófonas migrantes, alguns antigos territórios lusitanos na Índia, China e Malásia, ou ainda as instituições e grupos pessoas que, não pertencendo aos países lusófonos, vivem a língua portuguesa, com ela dialogando. A estas questões, há que reconhecer, não tem sido indiferente a actuação do Estado português: apoio à edição e à tradução de autores de língua portuguesa no estrangeiro; presença do livro português em feiras internacionais; apoio às Bibliotecas públicas e escolares; Prémio Camões; Prémio luso-espanhol de Arte e Cultura; apoio a outros prémios (Associação Portuguesa de Escritores, PEN Clube); actividades desenvolvidas pela Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas; promoção do Plano Nacional de Leitura. Ainda a este nível, deverão também ser realçadas o trabalho que a CPLP tem vindo a desenvolver nas suas três principais vertentes estatutárias: sintonização político-diplomática, cooperação (cultural, económica, social, jurídica e técnico-científica), defesa e promoção da língua portuguesa.

Também por este ângulo se poderia ter em conta o contexto que tem envolvido o acordo ortográfico — afinal, a faceta de um problema maior onde cabem outras considerações igualmente relevantes: não se estará por aí a equacionar a língua portuguesa como um fim em si, em vez de ser considerada como instrumento? Não seria igualmente importante estar atento ao modo como, em Portugal, o registo oral ‘maltrata’ a língua portuguesa? Não se poderá cair na situação de se adoptar um sistema que não será aceite pelos falantes? Não seria mais consequente harmonizar, entre todos, a política de difusão da língua portuguesa (que implicaria abrir mais cursos, leitorados, cátedras em países não lusófonos)? Já se pensou, a sério, na harmonização das linguagens técnicas dos diferentes países da CPLP? Ou numa divulgação mais provocadora e mais provocante nos espaços não lusófonos? Não se estará a deslembrar que a ortografia não é, afinal, a língua, mas a representação gráfica da língua, a face visível da língua (os acordos assinam-se; mas a língua não muda de um dia para o outro)? Estaremos a cair no equívoco de acreditar que, com a activação do Acordo, a língua portuguesa vai ter mais difusão? Ou de acreditar que, com isso, terão lugar mais intercâmbios

entre os países da CPLP? Ou de esquecer o número de falantes que se encontra no Brasil? Ou de esquecer que uma língua, qualquer que ela seja, tem que ser fundamentalmente encarada pelo seu prestígio cultural?...

7. “Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa” (Pessoa 1986b: 573).

Começámos e terminamos com a citação de Bernardo Soares. Como se pode ver (e já o escrevemos noutra lugar), Bernardo Soares só aparentemente mostra aquela espécie de patriotismo nacionalista por aquilo que diga respeito à língua portuguesa. Nem, nestas palavras, o seu patriotismo se apresenta enquadrado por um perfil geográfico e político, antes por uma substantividade linguística. Dito de outro modo, a consciência a que Soares se atribui da língua portuguesa é uma consciência da materialidade da língua. No mesmo texto, afirma ainda que, para ele, as palavras são “corpos tocáveis [...], sensualidades incorporadas” (Pessoa 1986b: 572). Por esta óptica se poderá, então, afirmar que a língua portuguesa emerge na sua consciência de poeta como uma realidade espiritual, é certo, mas também como entidade física, ‘tocável’, “vista e ouvida” (Pessoa 1986b: 573).

Pessoa, ou pela voz deste seu outro eu, ou ortonimamente, acabou, afinal, por participar num diálogo com o que de mais substancial a lusofonia compreende. Obviamente que não se encontra presente nas suas reflexões a totalidade do que, hoje, é abrangido por esse termo e conceito. No entanto, o modo como o fez conduz-nos a uma concepção de língua que acaba por acentuar o plano espiritual, essencialista, da língua portuguesa. É, no fundo, e em última análise, a este ponto que as posições evocadas nos permitem conduzir; por um lado, por aquilo que deixam imediatamente transparecer; por outro, pela forma como os diversos testemunhos de Fernando Pessoa contribuem, neste contexto, para a afirmação, e confirmação, de uma noção: a que germina no princípio de existência de uma comunidade traçada pelo diapasão da unidade; ou, ainda que num outro contexto, como o próprio Pessoa escreveu: “Só o contacto com qualquer coisa do Vértice, isto é, da Unidade, dá o poder completo, ou alguma coisa completa no poder, sobre nós e as coisas. Nos graus intermédios a força é muitas vezes confusão, e o conhecimento vertigem” (Pessoa 1986c: 517).

BIBLIOGRAFIA

- BAKHTINE, Mikhaïl (1978) *Esthétique et théorie du roman*. Paris, Gallimard.
- (1984) *Esthétique de la création verbale*. Paris, Gallimard.
- BAKHTINE, Mikhaïl e VOLOSHINOV Valérien Nikolaévitch (1977 [1929]) *Le marxisme et la philosophie du langage. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- CARVALHO, José Herculano de (1967) *Teoria da Linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e a análise das línguas*. Coimbra, Atlântida Editora, Tomo I.
- CHÉDIN, Jean-Louis (1997) *La condition subjective. Le sujet entre crise et renouveau*. Paris, Librairie Philosophique J. VRIN.
- COUTO, Mía (2007) “Reinventar a língua”. *Jornal de Letras*. 954. 25.04.2007: 4.
- CRISTÓVÃO, Fernando (1995) “Fernando Pessoa e a Lusofonia a Haver”. *Revista Internacional de Língua Portuguesa* (Associação das Universidades de Língua Portuguesa, Lisboa). 14: 16-26.
- LOPES, Teresa Rita (1990) *Pessoa por conhecer — Textos para um novo mapa*. Lisboa, Editorial Estampa. Vol. II.
- , coord. (1993) *Pessoa Inédito*. Lisboa, Livros Horizonte.
- LOURENÇO, Eduardo (1994a) “De la langue comme patrie”. Em: Amílcar Martins, Anna-Maria Folco e Alix Carvalho (eds.) *Le Portugais, langue internationale / O Português, língua internacional — Actes du colloque tenu les 4, 5 et 6 juin 1993*. Montréal, Université de Montréal: 37-43.
- (1994b [1988]) *Nós e a Europa ou as duas razões*. 4ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 9-15.
- MEDEIROS, Luísa (1993) “Onde se vê que o 5º Império é o da Língua Portuguesa”. Em: Teresa Rita Lopes (coord.) *Pessoa Inédito*. Lisboa, Livros Horizonte: 92-95.
- MOREIRA, Lauro (2007) “A Lusofonia como estratégia”. *Jornal de Letras*. 963. 29.08.2007. 18-20.
- PESSOA, Fernando (1966) *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação* (textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho). Lisboa, Ed. Ática.
- (1986a) *Obras de Fernando Pessoa* (Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros). Porto, Lello & Irmão Editores. Vol.1.
- (1986b) *Obras de Fernando Pessoa* (Introduções, organização, biobibliografia e

- notas de António Quadros). Porto, Lello & Irmão Editores. Vol.2.
- (1986c) *Obras de Fernando Pessoa* (Introduções, organização, biobibliografia e notas de António Quadros). Porto, Lello & Irmão Editores. Vol.3.
- REIS, Carlos (1996) “Identidade e Discurso Ideológico”. *Discursos* (Universidade Aberta, Lisboa). 13: 31-39.
- SEABRA, José Augusto (1996) *O Coração do Texto. Le Coeur du Texte — Novos ensaios pessoanos*. Lisboa, Edições Cosmos.
- VILA MAIOR, Dionísio (2001) *Literatura em Discurso(s). Saramago, Pessoa, Cinema e Identidade*. Coimbra, Pé de Página Editores.
- (2003) *O Sujeito Modernista — Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros e António Ferro: Crise e Superação do Sujeito*. Lisboa, Universidade Aberta.
- (2004) *Estudos Pessoanos*. Lisboa, Universidade Aberta [CD-ROM].